

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Magali Maria de Lima Ribeiro

Prefeitura da cidade do Recife, Universidade de Pernambuco. UPE – Campus Mata Norte

Magaliribeiro12@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo trata das políticas públicas e iniciativas da sociedade civil, envolvendo a educação de jovens e adultos ao longo de nossa história, buscando analisar que concepções e interesses sócias estavam atreladas à esta temática e de que forma o conceito de educação de jovens e adultos vem sido desenvolvido e experienciado ao longo do tempo, a partir da ação dos diversos grupos que exerceram o poder na história do nosso país. Nesse sentido, o trabalho foca os diversos programas e movimentos sociais que atuaram como interlocutores no contexto discursivo da referida temática, suas concepções de aprendizagem e de que forma os agentes deveriam ser preparados para tal tarefa, e como se apresenta na atualidade, as perspectivas de consolidação dessa modalidade de ensino.

Palavras chave: Educação de Jovens e adultos, programas de alfabetização, movimentos sociais de alfabetização.

1. Introdução

O Brasil entrou no século XXI com um elevado índice de seus membros sem o domínio da leitura, da escrita e das operações matemáticas fundamentais. Eram quase 20 milhões de analfabetos considerados absolutos e mais de 30 milhões de analfabetos ditos funcionais que chegaram a frequentar uma escola, mas por falta de uso da leitura e da escrita voltaram ao nível anterior. Tínhamos ainda 70 milhões de pessoas com quinze anos ou mais, que ainda não atingiram os níveis de escolaridade mínimos exigidos pela constituição federal, (o ensino fundamental). Somando-se a esses os neo-analfabetos que, mesmo frequentando a escola, não conseguem atingir o domínio da leitura e da escrita, são produtos de uma nova exclusão. Esse contingente estará demandando ações de Educação de Jovens e adultos em um futuro próximo.

Essas afirmações convidam-nos a refletir mais profundamente sobre a prática pedagógica de EJA e seus elementos estruturadores na atualidade. Tal reflexão deve ser acompanhada de algumas inquietações decorrentes da atmosfera de incertezas e indefinições que cerca essa modalidade de ensino, que vem historicamente sendo materializada, nos projetos educacionais, ora como campanhas pontuais, ora como política pública de educação de uma forma geral, ou como

programas governamentais a serem executados com o objetivo de deixar a marca de um determinado grupo político ou como instrumento de disseminação de ideologia.

Entende-se que essa ambiguidade é resultado de um longo processo de descaso com a educação dos jovens e dos adultos, o que determinou senão a ausência, pelo menos a inconstância das políticas dirigidas a esta área da educação. Pesquisas informam que de 1947 até hoje, o Brasil teve oito programas nacionais de combate ao analfabetismo, sem contar com as iniciativas não governamentais, e o Brasil ainda tem uma vergonhosa taxa de analfabetismo de 9%. É de se levar em conta também, que a cada novo programa que se anuncia, as expectativas do público são reativadas as esperanças renovadas e novos fracassos e novas decepções experimentadas, o que gera um sentimento de incapacidade e até de culpa por parte dos participantes dessas empreitadas.

Nesse sentido, a tradição histórica de nosso país, é de que as elites proprietárias estejam majoritariamente no comando e os representantes da força de trabalho, estejam na condição de comandados, de “oprimidos”, como diria o grande mestre Paulo Freire (1987). O grande desafio desse momento histórico é responder às demandas sociais de democratização e garantia dos direitos subjetivos dos cidadãos (educação, saúde, etc.), sem desembocar no paternalismo ou populismo, que mascaram a realidade social, não alterando os determinantes estruturais que a fabricam.

O desafio é, portanto, quebrar a lógica neoliberal fazendo com que o estado assuma as responsabilidades sociais para com seus cidadãos. Como já citado, inúmeras políticas governamentais, traduzidas em campanhas, programas, projetos etc. de combate ao analfabetismo tais como: Mobral, Projeto Minerva, Telecursos, Alfabetização Solidária, Brasil Alfabetizado etc. foram realizados e os índices de pessoas analfabetas, com baixa escolaridade, e analfabetos funcionais, continuam inaceitáveis. “uma vergonha nacional”, conforme Cury in Souza (2000, p. 153), para quem “a EJA representa o pagamento de uma dívida social não reparada para os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela”. Ser privado desse acesso é de fato a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

É neste contexto, que o tema abordado neste artigo ganha força e visibilidade social, inserindo-se no debate público nacional como questão importante. Uma vez que não se pode falar em combate competente e responsável do analfabetismo sem analisarmos as políticas públicas de EJA efetivadas em nosso País ao longo da história, e em que medida essas políticas tem favorecido os avanços ou os recuos dessa modalidade de ensino.

2. Aspectos históricos da educação de jovens e adultos

Nesse contexto, afirma-se que a história da educação de jovens e adultos se confunde com a própria história do País, pois no processo de colonização a ação dos jesuítas já visava à alfabetização dos adultos indígenas. Embora os jesuítas que aqui chegaram em 1545 e foram considerados os principais agentes educativos até 1759, quando sofreram a ação das reformas do Marquês de Pombal, sendo expulsos do país para dar lugar as novas diretrizes da economia e da política portuguesas, tivessem como foco as crianças, para a formação de uma nova geração católica, os adultos indígenas foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional, pois eram considerados inconstantes e já tomados por vícios e “barbaras paixões” (DAHER,1998, in GALVÃO e SOARES 2003. P. 86).

Após a expulsão dos jesuítas, a política educacional que se estabeleceu não contemplava a educação de jovens e adultos, enfocando apenas o ensino médio com o sistema de aulas régias, viga mestra da reforma pombalina.

O século XIX é considerado de extrema importância na institucionalização da escola no Brasil, nele foram definidos: os tempos, os espaços, os saberes e os materiais para a educação. Segundo Romanelli (1986), a partir do ato adicional de 1834, as províncias tornavam-se responsáveis pela inserção das chamadas “camadas inferiores da sociedade” e grande parte delas formulou políticas de instrução para jovens e adultos. Especificamente em Pernambuco, várias são as referências a aulas noturnas para adultos, em 1885, o regimento das escolas de instrução primária traz detalhadas instruções para o funcionamento das escolas destinadas a receber os alunos maiores de quinze anos.

O documento dividia o ensino em duas seções: uma para quem não tinha nenhuma instrução e outras para os que já possuíam alguma. O regimento determinava também, onde e para quem se deveriam dar aulas: nas escolas noturnas criadas pelo governo, nas casas de detenção, nos “asilos de mendicidade” nas escolas dominicais. Previa ainda que outras aulas para adultos poderiam ser estabelecidas por professores que, gratuitamente se propusessem a isso, mediante aprovação do presidente da província.

Abre-se assim, a possibilidade de compreensão da educação de adultos como missão inserida em uma enorme rede de solidariedade tecida nesse século como forma das elites contribuírem para “regeneração” do povo. Essa “generosidade” tinha objetivos bem definidos, pois como podemos observar, essas aulas tinham características muito peculiares, quanto aos conteúdos a serem ensinados, por exemplo, havia um conjunto de saberes dirigidos aos adultos como: a

“leitura explicada da constituição política do império e principais disposições da lei de conscrição, da guarda nacional e do código criminal” (PERNAMBUCO, 1885, p. 50).

Essa mesma preocupação pode ser observada nos documentos que aprovam os livros escolares: aqueles que versavam sobre direito e constituição deveriam ser utilizados nas aulas noturnas com os adultos, o regimento prescreve ainda que as aulas devem ter um caráter prático. O que nos leva a perceber, que a educação de adultos tinha como finalidade a “civilização” das camadas populares, principalmente urbanas no século XIX, consideradas, perigosas e degeneradas. que poderiam ser “conformadas” socialmente pelo poder da educação. Cotrim e Parisi (1993).

Fora da esfera governamental, muitas experiências foram efetivadas em relação à educação de adultos, foram formadas redes de aprendizagens informais que em Pernambuco teve como ponto alto a criação do liceu de artes e ofícios, fruto da imperial sociedade dos artistas mecânicos e liberais de Pernambuco, movimento que teve como fundador Isidoro de Santa Clara, semianalfabeto que demonstra a força dos processos não escolares e de iniciativas dos próprios sujeitos das camadas populares na alfabetização de adultos. Na segunda metade do século XIX prolifera-se a criação de associações de intelectuais que entre suas atividades, ministravam aulas noturnas para adultos, sempre com a concepção de “regenerar” as massas de homens pobres, brancos negros livres e libertos. Porém a concepção do analfabeto como ignorante, incapaz de pensar por si próprio torna-se mais evidente no final do império com a discussão da chamada lei Saraiva, de 1881. Essa lei foi a primeira a colocar impedimentos para que o analfabeto votasse.

Até esse momento da história brasileira as restrições ao direito de voto haviam sido de ordem econômica e social, mas não de instrução. A partir de então, uma série de discursos começam a circular nas diferentes esferas sociais identificando o analfabeto à incompetência e a dependência, passando a justificar a proibição do voto desse segmento da população.

A reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, já preconizava, tendo em vista a discussão da lei Saraiva a necessidade de promover a criação de cursos elementares noturnos, pois o autor acreditava que a restrição ao voto analfabeto contribuiria para o desenvolvimento da educação, infelizmente não foi o que ocorreu.

2.1. O analfabetismo como vergonha nacional

Nesse contexto discursivo, a república referenda, em sua primeira constituição (1891), a proibição ao voto analfabeto e elimina a seleção por renda, o que não constituía grande avanço, pois o pobre geralmente era analfabeto, por tanto, continuaria sem direito ao voto. O censo de 1890

mostra que mais de 80% da população brasileira era analfabeto o que gerou entre os intelectuais da época um sentimento de “vergonha”. Para dirimir essa vergonha, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por intensas mobilizações em todas as esferas da sociedade, em torno da alfabetização de adultos, que era considerada como uma calamidade pública e comparada a peste, a guerra, a uma praga, “a falta de educação é comparada ao câncer que coroe todo o organismo levando a nação a “subalternidade” e degenerescência” (COUTO apud CARVALHO, 1998, p. 145). No entanto, essas mobilizações eram dispersas e sem sincronia, pois não havia uma política nacional e centralizada de educação. Aliado a isso, no interior da elite intelectual, havia o temor da alfabetização pura e simples, se não fosse acompanhada de uma formação moral, se transformar em uma arma que por sua própria natureza é “perigosa” (CARVALHO, 1998, p. 150).

Desse modo, podemos ver que nesse período, o analfabetismo, agora atrelado ao “povo”, continuou a ser considerado improdutivo, degenerado, viciado, servil e incapaz. Ao mesmo tempo a alfabetização em massa era referida em parte dos discursos como potencialmente perigosa, uma arma sobre a qual não se teria controle. Na trilha dessa análise, compreende-se que durante o Estado Novo, poucas iniciativas foram efetivadas em relação à alfabetização de adultos. O novo regime, que suspendeu as eleições diretas, parecia mais preocupado com a formação das “individualidades condutoras” (BRASIL 1942) do que com a instrução popular.

2.2 A Educação de Jovens e Adultos em Pernambuco.

Em Pernambuco, os registros sobre a educação de jovens e adultos mostram que em 1885, o regimento dos Estados de Instrução Primária, destina-se a receber alunos maiores de quinze anos, sendo o ensino diferenciado para os que tinham alguma instrução dos que não possuíam nenhuma instrução (GALVÃO, 2001). Também previa o regimento, que aulas para adultos poderiam ser dadas por professores que durante o dia ministrassem aulas remuneradas e a noite não receberiam nenhum pagamento ou gratificação pelas aulas dadas aos alunos adultos, compondo-se assim uma rede de assistencialismo ou filantropia.

Essa ideia do ensino de EJA como missão ou voluntariado perdura até os dias atuais, subjacentes ao pouco profissionalismo exigido para atuar nos programas de alfabetização de adultos, a ausência de uma formação acadêmica específica, e a falta de vínculo empregatício para os que nele atuam.

Outro dado marcante, diz respeito aos conteúdos a serem ministrados nas escolas, pois eram diferenciados por sexo, por região (urbana e rural) e por idade. Ainda segundo Galvão (2001), foi criado no Estado de Pernambuco, em 1930, o Liceu de Artes e Ofícios, por Isidoro de Santa Clara,



que era um semianalfabeto e mestre de obras que sensibilizado com a necessidade de seus colegas de trabalho resolveu dar aulas de primeiras letras aos que desejassem entrar no mundo da leitura e da escrita. Este autor destaca ainda que durante os anos de 1930 e 1940, Pernambuco destacou-se com a prática da leitura organizada, através de folhetos de cordel. A prática desta leitura se dava em feiras, reuniões, onde se lia várias vezes e com grande intensidade chegando-se a dramatizar as histórias ou poemas, registra o autor, que várias pessoas chegaram a ser alfabetizados através da memorização de poemas.

Nos anos de 1950, Pernambuco se sobressai com uma campanha liderada por Paulo Freire, onde ele enfatiza que os cursos deveriam tomar como base a realidade vivida pelos estudantes, deveriam ser feitos com eles e para eles. Freire elaborou mais que uma proposta metodológica, uma base conceitual para a reflexão das práticas educativas que até então, estavam sendo vivenciadas. Uma pedagogia conscientizadora, cujo princípio básico pode ser traduzido em uma frase sua que se tornou celebre “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, (FREIRE, 1987, P. 89) o que demonstra que os estudantes antes de serem alfabetizados, trazem consigo uma gama de conhecimentos que os tornam capazes de construir o seu próprio saber. Esse movimento foi interrompido pelo golpe militar de 1964 e Freire foi perseguido e exilado.

No encaminhamento analítico dessa temática, afirma-se que em um contexto de final da segunda guerra mundial, e redemocratização do país, as iniciativas de alfabetização de adultos ganham um novo impulso. A lei orgânica do ensino primário, de 1946, insere em seu bojo o ensino supletivo para adultos, mas segundo Galvão (2001), a primeira campanha em âmbito nacional visando alfabetizar a população só foi lançada em 1947, ano em que o índice de analfabetismo chegava a mais de metade da população com quinze anos ou mais, (56%). Entre os fatores que contribuíram para a realização da campanha estão o restabelecimento das eleições diretas e as pressões internacionais. Foram criadas inicialmente dez mil salas de alfabetização em todo país, criaram-se também, vários materiais pedagógicos e uma infraestrutura para atender a educação de jovens e adultos. Nos anos 50, diversas campanhas foram criadas, como a campanha nacional de educação rural (1950) e a campanha nacional de erradicação do analfabetismo (1958). Porém, essas campanhas pouco realizaram em termos concretos.

2.3. O analfabeto como sujeito social.

A década de 60 traz consigo, a renovação do tecido social, traduzida no chamamento dos cidadãos à participação democrática e ativa na sociedade e o analfabetismo era fator de

impedimento a essa participação, por isso foram criados os movimentos de educação e de cultura popular, muitos deles inspirados nas ideias de Paulo Freire, como: MEB: movimento de educação de base, da (CNBB) Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, MCP: Movimento de Cultura Popular: ligada a Prefeitura do Recife, os CPCS – Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), a Campanha de Educação Popular o CEPLAR e o De Pé no Chão também se aprende a ler, da Prefeitura de Natal, no Rio Grande do Norte. Naquele período marcado pelo populismo, pelo nacional desenvolvimentismo, a alfabetização de adultos como já foi dito, era vista como instrumento de participação e ação política, pois mais de 50% da população brasileira era excluída da vida política nacional por ser analfabeta. Nessa ordem de ideias, nesses movimentos o saber e cultura popular são valorizados e o analfabeto é considerado um produtor de cultura, portanto, a educação deve ser dialógica e não bancária.

Por isso Paulo Freire propunha que em lugar das cartas de abc ou das cartilhas, a própria realidade do aluno estivesse no centro do processo pedagógico. Em 1963, encerrou-se a campanha nacional de alfabetização que havia iniciado em 1947 e Paulo Freire assumiu a elaboração de um plano nacional de alfabetização, junto ao ministério da educação. Tal processo foi interrompido pelo golpe militar de 31 de março de 1964 que extinguiu muitos desses movimentos e exilou os seus participantes, frustrando assim, os sonhos de uma política pública de educação voltada para os interesses da classe trabalhadora.

Em substituição aos movimentos sociais de educação o governo militar instituiu o Mobral - movimento brasileiro de alfabetização, em 1967, (embora só inicie suas atividades em 1969). Funcionando como uma estrutura paralela e autônoma ao ministério da educação, reedita a campanha nacional de educação, conclamando a população a fazer sua parte “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável, eu tenho a sede do saber” dizia a música de Tom e Ravel. O Mobral surge com força e muitos recursos, recruta alfabetizadores sem muitas exigências e repete a despreocupação com o fazer e o saber docente, qualquer um que saiba ler e escrever pode ensinar. Qualquer um de qualquer forma e ganhando qualquer coisa. Por isso em muitos casos no Mobral, a alfabetização se restringia a um exercício de aprender a desenhar o nome. Os últimos anos do Mobral foram marcados por denúncias que resultaram na criação de uma CPI - comissão parlamentar de inquérito, para apurar os destinos e a aplicação dos recursos financeiros e a divulgação de falsos índices de analfabetismo. O Mobral foi extinto em 1985 com a Nova República e o fim do regime militar, em seu lugar surge a Fundação Educar.

Diferentemente do Mobral, a fundação educar fazia parte do ministério da educação, e não desenvolvia ações diretas de alfabetização, apenas exercia a supervisão e o acompanhamento junto às instituições e secretárias que recebiam recursos transferidos para execução de seus programas. Essa política teve curta duração, pois, em 1990 ano internacional da alfabetização, em lugar de se tomar a alfabetização como prioridade, o governo Collor extinguiu e fundação educar, não criando nenhuma outra instância que assumisse suas funções. Tem-se a partir de então a ausência do governo federal como articulador nacional e indutor de políticas de alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

2.4. A cobertura legal da Educação de Jovens e Adultos

Outro acontecimento aparentemente contraditório foi a promulgação da constituição federal de 1988, que caracterizou a educação como um direito subjetivo do cidadão e um dever do Estado e da família e estendeu esse direito aos que ainda não haviam frequentado a escola ou concluído o ensino fundamental, ao mesmo tempo que se desobriga de cumprir essa missão. Com a desobrigação do governo federal em atender esse direito, os municípios iniciam ou ampliam a oferta de educação para jovens e adultos, além disso, muitas outras experiências passaram a ser desenvolvidas em outros espaços, como universidades, movimentos sociais, e organizações não governamentais. Emergiram daí uma pluralidade de práticas pedagógicas que se beneficiaram das recentes descobertas da psicologia, da linguística e da educação, que com os estudos de Piaget, Vygotsky, Emília Ferrero, Magda Soares e com os trabalhos de letramento, fornecem subsídios para a compreensão de como se processa a construção das hipóteses sobre a leitura e escrita nos sujeitos não alfabetizados.

Entre esses movimentos que nasceram no início dos anos 90, destaca-se o movimento de alfabetização MOVA que procurava envolver o poder público e a sociedade civil. Os MOVAS se multiplicaram como um marca das administrações ditas populares, tendo a educação popular como princípio para sua ação.

Em 1996 é promulga sem um único veto, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, essa lei inclui a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade específica da Educação Básica, O Art. 37 da LDB prevê que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento” (BRASIL, 1996),

porém, deixa em aberto às questões cruciais de: formação do educador para atuar em EJA, a questão de conteúdos, currículos e programas específicos para EJA ficando clara a concepção de que o processo de aprendizagem da criança serviria para o adulto sem distinções.

O parecer 11/2000 ECN - CEB 1/2000, acompanha essa ambiguidade, onde seu relator promove um enorme esforço para traçar as especificidades de: função social, público alvo, inserção no mundo do trabalho, compreensão da realidade social, participação qualitativa na sociedade. Porém continuam indefinidas as questões de formação, currículos e metodologias para EJA. Tornando ainda mais difícil a formulação de políticas públicas específicas para a área.

Nesse contexto, foi lançado em 1996 em Natal, RN o programa de alfabetização solidária PAS, a exemplo do que ocorreu com o Mobral, o PAS se estruturou paralelo ao ministério da educação, dificultando as ações de continuidade do processo de pós-alfabetização, trazia o slogan “adote um analfabeto” reeditando as práticas antigas de recrutamento pouco exigente dos alfabetizadores e uma preparação deficiente para os mesmos, o PAS reforçava a ideia de que o analfabeto é um dependente, passível de ser adotado e a alfabetização pode ser realizada por qualquer pessoa ganhando qualquer coisa e tinha como pressuposto a relação de submissão do Norte e do Nordeste ao sul e sudeste. Os resultados do PAS foram pouco significativos: apenas um quinto dos atendidos pelo programa foi capaz, ao final do processo de ler e escrever pequenos textos (HADDAD e DI PIERRO, 2000).

Em 2003 chega à cena educativa nacional o programa Brasil Alfabetizado cujo objetivo segundo o Ministério da Educação era: Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. (BRASIL, 2003). No entanto, o programa traz a mesma concepção de que pessoas de qualquer área do ensino podem alfabetizar, sem uma formação específica, recrutando universitários e remunerando mediante bolsas.

Desse modo, o processo de educação de jovens e adultos foi se desenvolvendo gradativamente e o censo de 2010 já dá conta de que um percentual de 91% da população está alfabetizado. Porém, inserir a população demandante dessa modalidade de ensino em um conceito mais amplo de educação como direito social e garantir a oferta de um serviço de qualidade, tem sido um desafio que está posto, tanto no discurso dos

governantes, como no dos grupos sociais que fazem pressão para a formulação de políticas públicas efetivas e consistentes nessa área educacional.

Assim o Plano Nacional de Educação coloca em sua meta numero dez: Oferecer no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Segundo Dourado (2017) para a sua implementação fazem-se necessários, entre outros, “a institucionalização e a formação de professores para a integração do ensino fundamental e médio à educação profissional” (p. 117).

O autor alerta para a necessidade de se articular especialmente o projuvem, o Brasil Alfabetizado e a educação de jovens e adultos, em face dos desafios das violências e segregações que incidem na juventude negra. Chama atenção também para as iniciativas de educação em prisões voltadas para o apoio técnico financeiro para a implementação da educação de jovens e adultos no sistema penitenciário.

3. CONCLUSÃO

É visível no decorrer da história a vinculação entre política e poder de um lado, e alfabetização de adultos do outro. Desde os jesuítas aos movimentos de cultura popular dos anos 60, passando pelas iniciativas imperiais e republicanas, a alfabetização de adultos tem se inserido numa rede de práticas sociais e culturais que refletem e ao mesmo tempo visam construir um projeto político mais amplo. Podemos concluir que a alfabetização de adultos esteve historicamente à serviço dos interesses dos grupos sociais de poder que dela se utilizaram para deixar suas marcas e para propagar suas ideologias, em poucos momentos da história o cidadão não alfabetizado foi visto como sujeito de direitos e demandante de respeito e tratamento digno. A Educação de Jovens e Adultos, por todos os motivos já expostos foi impedida de ser vista e compreendida como uma ação social coletiva, “prática educativa argumentada, analisada, sistemática e intencional, banhada da tenção dialética entre o pensar e o fazer” (Souza, 1998, P. 98), onde seus sujeitos (educador e educando), mediados pelo conhecimento vivenciem um processo de reconhecimento e por conseguinte possam desencadear um processo de recontextualização social, que só se efetuará no acolhimento e convivência solidária das múltiplas diferenças, da multiculturalidade e na prática de uma consciência planetária que está acima dos interesses localizados e mesquinhos das sociedades capitalistas/neoliberais, excludentes e desiguais que utilizam o analfabetismo para justificar seus males.



REFERENCIAS

- AZEVEDO, M. Lins Janete. **A educação como política pública**. 2ª Edição ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- BELLONI, Isaura. Et. Ali. **Metodologia de avaliação em política públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.
- COTRIM, Gilberto; PARISI, Mário. **Fundamentos de Educação: História e Filosofia da Educação**, 15°. ed. São Paulo - SP: Editora Saraiva, 1993.
- CURY, Jamil. **Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação básica, 2000.
- DI PIERRO, Maria Clara. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 321 – 337, jul/dez, 2001.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano nacional de educação: O epicentro das políticas públicas de estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora Universitária/ ANPAE, 2017.
- FÁVERO, Osmar (org.). **Cultura popular e Educação Popular: Memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel: Leitores e ouvintes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 0, set/dez. 1995, p. 53-62.
- PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adulto**. 2ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- RODRIGUES, José Honório. **O voto do Analfabeto e a tradição política brasileira. In Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1965.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis – RJ Ed. Vozes: 1986.
- SOUZA, João Francisco de. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Mundo**. Recife – PE: Ed. UFPE, 2000.
- _____. **Educação de Jovens e Adultos. Proposta Curricular**. Recife – PE: Ed. UFPE, 1998.
- _____. **Atualidade de Paulo Freire**. Recife - PE: Editora UFPE: 2001.